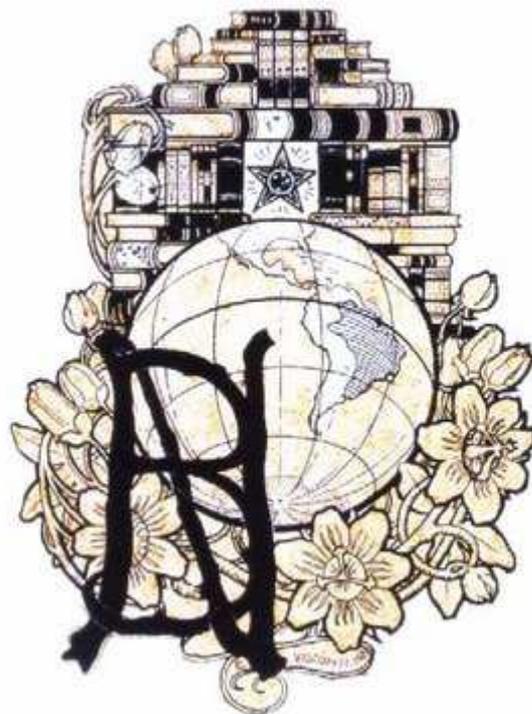


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2008

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Ana Lúcia Lana Nemi
Paulo de Vincentis



Escrever e ler história: saber o mundo dialogando com ele

2008

Escrever e ler história: saber o mundo dialogando com ele

Ana Lúcia Lana Nemi

Paulo de Vincentis

Segundo dados levantados pelo Ministério da Cultura, cada brasileiro lê em média 1,8 livros por ano; 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população; o preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00 – elevadíssimo quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E; dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam biblioteca, 440 ficam no Nordeste e apenas dois no Sudeste. Tais dados, portanto, demonstram que livros, revistas, jornais não fazem, ou não podem fazer, parte do cotidiano da maioria da população brasileira que, à margem da produção cultural escrita, está impossibilitada de desenvolver plenamente sua cidadania.

Nesse contexto, o Programa Mais Cultura, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 6.226 ⁽¹⁾, de 04 de outubro de 2007, tem por finalidade “*democratizar o acesso a bens e serviços culturais*” ⁽²⁾ para todas as camadas da população, “*prioritariamente (nas regiões) com índices significativos de violência, baixa escolaridade e outros indicadores de baixo desenvolvimento*” ⁽³⁾ e, a alínea X, do Artigo 2º enfatiza a necessidade de desenvolver o gosto pela leitura e pela escrita ⁽⁴⁾.

Assim, sob responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional, foram adotadas ações para implantação, modernização e atualização do acervo de bibliotecas públicas, além de programas específicos para disponibilizar serviços de biblioteca às populações que vivem em regiões de difícil acesso, transportando livros no lombo de jegues ou em canoas, por exemplo.

Com o intuito de dar suporte à escolha de títulos, na área de ciências humanas, a serem adquiridos pela FBN, foi desenvolvido o projeto **Escrever e ler história: saber o mundo dialogando com ele**: durante o segundo semestre de 2008 e primeiro de 2009, um grupo de graduandos em História, da Universidade Federal de São Paulo, orientados pela Profª. Drª. Ana Lúcia Lana Nemi e pela Profª. Drª. Susana Ventura, dedicou-se à pesquisa, leitura e elaboração de resenhas para auxiliar a FBN a selecionar as obras que irão equipar as bibliotecas públicas do país, tendo em perspectiva a diversidade de público a ser atendida, a possibilidade de uso didático dessas obras e também despertar o interesse e o gosto pela leitura, tendo a história – do Brasil e do mundo – como instrumento catalisador desse processo, considerando-se que a história registra a trajetória do homem no tempo e no espaço, permitindo observar as transformações ocorridas tanto nos indivíduos quanto nas

sociedades e dando embasamento para a compreensão do presente.

Tendo por desafio levar a história ao encontro do cidadão de qualquer região do país, respeitando suas particularidades e despertando interesse pela leitura e pela escrita, ao projeto **Escrever e ler história: saber o mundo dialogando com ele** agregaram-se eixos temáticos de forma a aumentar as possibilidades de atingir seus objetivos, bem como sistematizar a pesquisa de títulos. Sob essas premissas, narrativas de viajantes, biografias de personagens da história, temas da atualidade, construção da cidadania e visões gerais da história foram os temas priorizados e sobre os quais se construiu a base do projeto.

Dessa forma, as narrativas de viajantes apresentam ao leitor o país tal como foi visto por estrangeiros, notadamente europeus, em momentos distintos da história do país, do período colonial à República; as biografias de personagens ilustres da história possibilitam aprofundar o conhecimento sobre a alma de pessoas que, por representarem ou terem ligação com o poder, foram exigidas a superar suas limitações humanas; os temas da atualidade – globalização, terrorismo, drogas, entre eles – estabelecem uma ponte de diálogo entre passado e presente porque suas origens são históricas; a construção da cidadania é um assunto que começou a ganhar destaque na sociedade brasileira a partir da redemocratização do Brasil, após o fim do regime militar e também vai de encontro aos objetivos do programa Mais Cultura; no tema visões gerais da história, a finalidade é apresentar eventos específicos – a revolução industrial, a revolução francesa – e seu diálogo com o mundo atual.

Neste artigo, além de se expor as linhas gerais do projeto **Escrever e ler história: saber o mundo dialogando com ele** pretende-se também justificar as escolhas dos eixos temáticos e a relevância das obras selecionadas para compor os acervos das bibliotecas públicas a serem beneficiadas pelo programa Mais Cultura.

Viajantes: cotidiano e história

Viajantes: cotidiano e história é um título bastante amplo porque, de início, requer que se defina quem é esse viajante e, segundo, que se conceitue história num sentido mais amplo, ou seja, a história composta a partir do cotidiano de pessoas de diversos segmentos sociais.

“*As viagens dão uma grande abertura à mente: saímos do círculo de preconceitos do próprio país e não nos sentimos dispostos a assumir aqueles dos estrangeiros*”^(5). O pensamento de Montesquieu (1689-1755) revela a postura do viajante ao desembarcar em terras desconhecidas e resulta do apego a referenciais incrustados em sua alma, porém não imunes a abalos que, com o decorrer do tempo, serão produzidos por necessidades de adaptação.

Desse modo, por mais que resista a assimilar repertórios do outro, um processo de erosão se iniciou e provocará a acomodação de sedimentos, introduzindo novas idéias e percepções, pois, ao navegar por mares *nunca dantes navegados*, o viajante compartilha vivências que ampliam conhecimentos, apercebe-se da existência de seus semelhantes e de possíveis afinidades a desenvolver.

Assim, mais que se deslocar, viajar é observar, comparar, ensinar, aprender, enfim recolher e compartilhar experiências; é um exercício que deixa emergir o humano e se traduz em variados sentimentos, entre se reconhecer no outro a abominar este ou aquele representante da espécie humana. É dessa interação que nascem narrativas que vão preservar as marcas impressas na memória dos viajantes e que permitirão construir a história, a trajetória de uma sociedade em um determinado período de tempo e em uma região específica, dando origem a documentos informais que, embora retratem a realidade sob uma perspectiva subjetiva, irão captar o cotidiano e a trajetória histórica desse grupo ou sociedade.

Navegar é preciso, viver não é preciso: o verso de Fernando Pessoa^(6) pode ser considerado um epíteto para a espécie humana, tendo por certo que a vida ou a história é uma viagem na qual o racional e o irracional estão presentes em toda sua duração. Os poemas épicos conhecidos, que relatam viagens ou a necessidade de locomoção do homem de seu lugar de origem para outras paragens em busca de algo que recompensará as vicissitudes da jornada, reforçam esse argumento.

Enquanto documentos históricos, as narrativas de viajantes estabelecem o contato entre mundos diversos: o que o viajante trouxe em sua bagagem, suas experiências, suas expectativas e o de destino – onde o forasteiro não se reconhece – deixando transparecer conflitos e preconceitos no primeiro encontro. O convívio entre estrangeiro e habitante local

irá contrapor concepções que poderão ser modificadas dialética e dialogicamente, flexibilizando paradigmas e adicionando crítica à percepção da realidade, oferecendo outras aproximações para os mesmos dilemas da existência.

Com o descobrimento da América, esse processo se manifestou e se amplificou porque pôs em contato novos e impensados elementos: o homem europeu dos séculos XV e XVI colocava-se diante de grupamentos humanos que lhe eram estranhos e pitorescos, num ambiente igualmente surpreendente, testando sua capacidade de adaptação e assimilação e, por outro lado, tentando impor suas convicções aos habitantes desse mundo que se desenvolvera paralelamente até o momento em que Cristóvão Colombo desembarcou em São Salvador.

No século XVI, Hans Staden⁽⁷⁾ (c. 1525 – c. 1579) conviveu com indígenas na América portuguesa e registrou esse convívio em narrativas que permitiram obter algum conhecimento sobre os primeiros habitantes do Brasil. No mesmo período, Jean de Léry⁽⁸⁾ (1534 – 1611) buscava refúgio no litoral brasileiro e aprendia a dormir em redes, a sobreviver com o alimento disponível e a admirar o desapego do índio com relação à propriedade. Ao transformar suas memórias em livros, Staden e Léry legaram ao futuro registros dos momentos iniciais da exploração e colonização do território brasileiro.

Se nos séculos XVI e XVII, o europeu se rendia à grandeza da criação divina, no século XIX buscava compreensão racional da natureza ainda exuberante que se lhe apresentava. O território que nos séculos XVI e XVII despertava a cobiça de outros reinos – França e Holanda tentaram estabelecer colônias aqui – no século XVIII, a descoberta de ouro e de pedras preciosas provocou o isolamento da colônia. Entretanto, em 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, o Brasil passava a receber a visita de cientistas e pesquisadores que tinham na flora e fauna brasileiras uma infinidade de espécimes para estudo.

Conquanto até 1808 somente portugueses ou viajantes autorizados pela Coroa Portuguesa pudessem adentrar ao território brasileiro, o país esteve sujeito a invasões durante os primeiros séculos de colonização, como a tentativa de Nicolau Durand de Villegaignon de fundar a França Antártica e o projeto da Companhia das Índias Ocidentais que, com a ajuda do governo holandês, fundou uma colônia em Pernambuco com a finalidade de produzir e exportar açúcar.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, outros europeus, notadamente franceses, ingleses e alemães, começaram a circular no interior da nova sede do Império Português. Para adequar a cidade

do Rio de Janeiro a esse novo status, uma missão artística francesa desembarcou no Rio de Janeiro em meados de 1816, trazendo arquitetos, pintores e escultores para construir, decorar e embelezar edifícios que abrigariam tanto os membros da Corte quanto as instituições da monarquia.

Já no Império Brasileiro, durante o primeiro reinado, soldados mercenários alemães participaram das campanhas do exército na região Cisplatina e, no segundo reinado, Pedro II empregava um franco-brasileiro para ensinar suas filhas a dançar enquanto famílias abastadas contratavam preceptoras para cuidar da educação de suas crianças. Da mesma forma, o porto do Rio de Janeiro tornava-se parada estratégica para a navegação ao continente australiano que a Grã-Bretanha começava a explorar e colonizar, além do tráfico de escravos que estabelecia conexão entre cidades africanas e brasileiras, distribuindo mão de obra escrava para todo o continente americano.

Expedições científicas, patrocinadas por governos europeus, também varreram o país e trouxeram cientistas de várias especialidades para estudar a fauna, a flora, o relevo e os recursos naturais do território brasileiro. Até um concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para se estabelecer como se deveria escrever a história do Brasil foi vencido por um alemão – Carl von Martius.

Portanto, uma legião de estrangeiros contribuiu com o Império Brasileiro em sua tentativa de inserção no mundo civilizado, cujos paradigmas eram França, por seu legado político, e Inglaterra, por seu arrojado econômico. E o olhar desses viajantes, registrado em diários, cartas, relatórios e narrativas, procurou apreender a sociedade que se construía ao sul do equador, condenando seus pecados e se encantando com a natureza exuberante e o clima ameno.

As narrativas de viajantes apresentam, por vezes, uma visão diferente do acontecimento, um relato dissociado de todo caráter oficial de que se reveste o discurso histórico ao tornar-se ferramenta do projeto de construção do Estado-nação. Em *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*⁽⁹⁾, Joan Nieuwhof atribuía às dívidas contraídas pelos senhores de engenho portugueses, junto à Companhia das Índias Ocidentais, o empenho destes para restaurar o domínio de Portugal sobre o território invadido pela Holanda. Tal fato fora interpretado pelos historiadores do Império Brasileiro como prenúncios de laços patrióticos. A Companhia das Índias Ocidentais fornecera crédito aos senhores de engenho do Brasil Holandês sem ter certeza de que os contratos pudessem ser cumpridos ou tendo como garantia o aval de outros fazendeiros também endividados. A situação narrada por Nieuwhof apresentava similaridade com as crises observadas no mundo capitalista já em meados do século XIX.

Impregnados por ressentimentos, alguns relatos contêm críticas exacerbadas ao governo, ao povo, ao país, o que não invalida, contudo, a narrativa e tampouco subtrai realidade aos fatos. Na Antiguidade, Heródoto, um dos pais da história e também um viajante, era considerado mentiroso ⁽¹⁰⁾ por se basear em testemunhos nem sempre confiáveis e sobre os quais não se posicionava. No final de 1825, um jovem alemão, Carl Seidler, resolveu emigrar para o Brasil em busca de aventuras. Tornou-se tenente do 27º Batalhão de Caça do Exército e, nessa condição, foi deslocado para a fronteira entre a província de São Pedro do Sul - hoje Rio Grande do Sul - e a Banda Oriental - atual Uruguai - palco de confronto entre o Império Brasileiro e a República Argentina. Marchas intermináveis sob a chuva, o frio, a fome, o suicídio de muitos soldados, que não suportaram essas provações, são imagens que se desprendem da narrativa de Carl Siedler – *Dez anos no Brasil* ⁽¹¹⁾ – sobre a campanha na região Cisplatina. Um tratado de paz engendrado pela Inglaterra pôs fim ao conflito e por fim, uma lei proibindo a presença de estrangeiros no serviço militar ensejaram ações para recebimento de soldos atrasados e pretensas indenizações; os soldos foram pagos, quanto à indenização, apenas uma pequena parcela foi concedida. A Siedler, como para muitos outros, restara o ressentimento por sua bravura não ter sido reconhecida. E é esse sentimento que deu a *Dez anos no Brasil* nuances de ironia, de crítica mordaz a Pedro I, pejorativamente chamado de Napoleão do Novo Mundo e cuja abdicação lhe foi motivo de júbilo.

Alguns viajantes, antes de iniciar seus relatos, apresentaram a trajetória do país desde o descobrimento até o momento de sua visita, agregando um caráter histórico à sua narrativa. Esse é o caso de Daniel Parish Kidder ⁽¹²⁾, um norte-americano ligado à Igreja Presbiteriana que, como muitos viajantes, também se rendeu aos encantos da terra brasileira e não economizou adjetivos para descrever o Rio de Janeiro observado de ângulos diversos: a partir do Corcovado, do morro de Santa Tereza ou mesmo do mar. Cenas do cotidiano, como os escravos ao redor dos chafarizes para abastecimento de água, o algazarra dos vendedores de frutas e outros artigos e o talento do escravo para a venda foram anotadas por Daniel Kidder. As instituições da cidade, como a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital dos Lázaros, os conventos, as igrejas, a Biblioteca Nacional e até da Casa da Roda, local onde se deixavam crianças rejeitadas, foram objeto de consideração do autor. Da mesma forma, a produção da farinha de mandioca, da garapa e da cachaça despertaram a atenção do viajante, como também seu consumo. Contudo, o interesse de Kidder voltava-se para as celebrações religiosas, as procissões e missas, como eram conduzidas e como eram assistidas e, principalmente, em distribuir folhetos e bíblias impressas em português, francês ou inglês para quem manifestasse interesse em ler as Sagradas Escrituras, inclusive padres católicos.

Munido de cartas de referência, a missão de Kidder levou-o também à província de São Paulo onde manteve contato com personalidades políticas da época, como por exemplo, o Regente Feijó, os Andradas, membros da Assembléia Legislativa, o diretor da Faculdade de Direito, entre outros. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo* traz em seu conteúdo aspectos diversos da sociedade brasileira, no Rio de Janeiro e na província de São Paulo, na década de 1830.

Em meados do século XIX, o porto do Rio de Janeiro firmava-se como ponto de abastecimento para navios ingleses que se dirigiam para a Austrália. Com base no diário do marinheiro e desenhista inglês Oswald Brierly, o diplomata Pedro da Cunha e Menezes ⁽¹³⁾ apresenta aspectos das relações entre o Império Britânico e o Império Brasileiro, estremecidas por incidentes como a apreensão de embarcações brasileiras por tráfico negreiro ou a prisão de marinheiros ingleses, acusados de desrespeito para com as filhas de um português. Além dessas questões, os interesses comerciais britânicos foram determinantes para a reaproximação entre os dois países.

Os interesses do Império Britânico também estão presentes no relato de Richard Francis Burton ⁽¹⁴⁾ acerca de uma viagem entre Rio de Janeiro e Morro Velho, região de extração de minérios na então Província de Minas Gerais, em 1867. Burton descreveu em *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* todo o processo de mineração praticado nas minas – da extração do minério no subsolo, à transformação das pedras em pó e à separação do ouro –, bem como o aparato e a mão de obra utilizados nessa atividade que contava com a concorrência de trabalhadores ingleses, brasileiros livres e escravos. A divisão de trabalho obedecia a uma hierarquia que tinha no topo os ingleses, seguida dos brasileiros livres – que nas minas das companhias inglesas começavam a aprender a trabalhar por um salário – e, por fim, os escravos da companhia. O descanso aos domingos era direito de todos os trabalhadores. As companhias inglesas também construíam casas para seus funcionários, disponibilizavam atendimento médico e assistência social cujo objetivo era evitar que o inglês demitido se tornasse alcoólatra, mendigo ou ladrão nas cidades do país. Segundo Burton, os caminhos tortuosos e a falta de conservação das poucas estradas constituíam-se em entraves para o progresso, pois a comunicação desempenhava papel fundamental para o desenvolvimento do país e, nesse sentido, a construção de estradas de ferro, pontes e instalação de redes telegráficas eram urgentes.

Alguns viajantes vieram para o Brasil em busca de aventuras, para ter contato com tribos autóctones ou para ampliar coleções de museus naturais que, no século XIX, atraíam a atenção nas cidades européias. Com esses objetivos, enfrentando viagens longas e

desconfortáveis, François Biard aportou no Rio de Janeiro, em meados de 1858. O período vivido no Império de Pedro II foi registrado em *Dois anos no Brasil* ⁽¹⁵⁾, com bom humor e comentários espirituosos. O pintor, desenhista, colecionador de insetos, aves, répteis e pequenos mamíferos, antes de iniciar suas aventuras pelas florestas brasileiras, permaneceu no Rio de Janeiro por cerca de seis meses, tempo em que retratou a família imperial e esquadrinhou a cidade para capturar belas paisagens e foi convidado a participar da inauguração de uma Sociedade dos Amigos da Arte. Biard causou estranheza no Rio de Janeiro por usar roupas claras, adequadas ao sol tropical, quando o preto predominava no vestuário e por não utilizar escravos no transporte do material de pintura e desenho por onde fosse, também uma atitude destoante dos usos e costumes da capital do Império Brasileiro. Uma prática comum no Império, as cartas de recomendações, obtidas de pessoas influentes e próximas ao poder, abriam-lhe as portas e ajudavam-no a obter hospedagem e favores dos habitantes das diversas localidades por onde passou. O relato do viajante francês se revela uma fonte dos costumes da sociedade brasileira do segundo Império e mostra como as riquezas naturais do Brasil eram exploradas, levando-o a afirmar: "*O homem selvagem já cederá passo à civilização; agora era o turno dos animais*".

A busca de reconhecimento e, principalmente, enriquecimento, também foi o objetivo de viajantes ao atravessar o Atlântico. Essa era a intenção de Adèle Toussaint-Samson, declarada em *Uma parisiense no Brasil* ⁽¹⁶⁾. Em seus registros, a autora francesa criticava as condições urbanas da capital do Império Brasileiro, na segunda metade do século XIX, principalmente no tocante ao saneamento, mas se rendia à beleza da paisagem carioca contemplada a partir do mar ou dos morros da cidade, o que compensava eventuais desconfortos. Limitada era, entretanto, a vida cultural por não possibilitar conversas interessantes, com teor erudito, sobre arte ou política, por exemplo. As condições de vida do escravo – habitação, alimentação e ausência de cuidados com filhos dos cativos – e os castigos a que eram submetidos causou revolta à escritora francesa. Prostituição e promiscuidade também estavam presentes nas relações entre escravo e senhor: a mulher negra, segundo Adèle, seduzia o homem branco, e não era "*raro ver estrangeiros, principalmente ingleses, sustentá-las e fazer loucuras por elas*" ⁽¹⁷⁾. Segundo a autora, a indolência e o orgulho, o desprezo ao trabalho manual, a mistura de raças e a inteligência eram características dos brasileiros que, entretanto, não se interessam por questões filosóficas ou religiosas. No entanto, ao retornar à França, Adèle Toussaint-Samson levava em sua bagagem um novo vocábulo: saudade – do calor, da paisagem, da desorganização, de uma experiência de vida diversa daquela à qual teria que, novamente, se adaptar.

Além de Adèle Toussaint-Samson, as cartas de Jemima Kindersley ⁽¹⁸⁾ em meados do século XVIII, ou a correspondência de Elizabeth Macquarie e Rose Freycinet, das décadas iniciais do século XIX registraram um Brasil isolado do mundo ou um Brasil que passava a se integrar e a interagir diretamente com outros países, sem intermediação da metrópole. Se a beleza do país impressionou a todas, o contexto histórico, por sua vez, marcou a permanência de cada uma delas, ou seja, a colônia que, em 1764, recebera Jemima Kinderley e vigiara todos os seus movimentos, em 1809, permitira a Elizabeth Macquarie, presenciar a mudança que o Rio de Janeiro sofria ao se tornar capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, em 1817, a Rose Freycinet conviver exclusivamente com compatriotas durante sua estada.

Motivações políticas e econômicas trouxeram funcionários do governo inglês, francês e suíço como podem ser observadas nos relatos de Richard Burton, de J. J. Tschudi ⁽¹⁹⁾ e do Príncipe de Joinville ⁽²⁰⁾. O olhar desses viajantes, além do intuito de conhecer o “pitoresco” Império Brasileiro, tinha em perspectiva interesses sócio-econômicos. Nesse sentido, Burton e Orléans focaram sua visita na província das Minas Gerais que, além da extração de minérios, tinha uma produção agropecuária representativa e destinada a abastecer a Corte; Tschudi, por sua vez, percorreu o interior do Rio de Janeiro e São Paulo com a missão de observar e relatar ao governo suíço as condições de vida e de trabalho de imigrantes da Suíça nas fazendas de café, sob contratos de parceria. Os três autores expuseram a precariedade dos caminhos e também o desconforto de vencer longas distâncias no lombo de mulas uma vez que não existiam ferrovias ou estradas melhor planejadas e construídas, o que constituía empecilho para o desenvolvimento do país.

A escravidão era o golpe fatal na civilização que o Império Brasileiro pretendia ostentar, expressava a mais cruel barbárie a todo visitante que chegasse ao país no século XIX. O que consideravam ser a indolência do brasileiro causava-lhes péssima impressão. Alguns costumes, como procissões e outras cerimônias religiosas tinham caráter burlesco aos olhos do estrangeiro. O carnaval, com sua guerra de laranjinhas, era outra experiência estranha ao viajante, sem contar dificuldades de alojamento, transporte e a alimentação pouco variada à base de farinha de mandioca e carne seca.

Os viajantes, que conheceram o país após a proclamação da República como, por exemplo, Henri Coudreau (21) e Albert Einstein (22), tiveram percepções distintas a respeito das potencialidades econômicas do país. Coudreau acreditava que imigrantes europeus poderiam se adaptar às condições climáticas da região amazônica e, por meio da agropecuária, promover o desenvolvimento da região; Einstein considerou que o clima quente e úmido do Rio de Janeiro amolecia os europeus, notadamente os alemães,

comprometendo sua contribuição ao progresso do país.

Os relatos de viajantes, que percorreram o Brasil entre os séculos XVI e XIX, registraram a diversidade natural do país e os projetos engendrados pelo colonizador, modificados conforme suas estratégias políticas e econômicas e revelam as singularidades do Brasil nos diversos momentos de sua história, seja enquanto colônia de Portugal, seja como Estado independente sob um regime monárquico ou republicano; oferecem alternativas à narrativa histórica calcada em documentos oficiais; permitem avaliar processos políticos e sociais de perspectivas mais flexíveis. Essas narrativas contribuíram para preservar a memória do país e para caracterizar a sociedade e o homem brasileiro segundo a ótica de seus autores, cujas referências eram as Escrituras Sagradas – caso dos cronistas dos séculos XVI e XVII – ou discursos impregnados de racionalidade iluminista ou positivista – caso dos viajantes do século XIX. Ao perscrutar os mais variados aspectos da vida no Brasil colonial, imperial e republicano, os viajantes registraram a construção de uma sociedade por meio de uma mistura de percepções e impressões, traduzidas num referencial próprio, mesclando objetividade e subjetividade como também privilegiando o que deixou marcas mais profundas na memória.

Desse modo, as narrativas de viagem adicionam ao discurso histórico elementos que passam ao largo dos documentos e registros oficiais e possibilitam variadas interpretações e entendimentos porque são atalhos, “caminhos transversais” a se defletir do pensamento dominante, apresentando uma visão própria e pessoal do desconhecido ou do que ainda não se revelou e permanece envolto em sombras. No dizer de Flora Süssekind:

Mas, se a progressão, em desenho exato e de acordo com o “livro da natureza” e as razões sociais hegemônicas, parece a regra, adivinham-se transversais. Sinais, sementes, traçados retilíneos também se abreviam em pontos de interrogação, acasos, experiências pessoais ou coletivas inesperadas, sinais de suspensão ⁽²³⁾.

ou de outra forma, Narciso irá a procura de espelhos em que possa se refletir e, por vezes, terá apenas lampejos ou fragmentos que não permitirão construir uma versão inteligível da realidade a ser decifrada. Ao historiador cabe iluminar os pontos obscuros e encontrar respostas às interrogações, completando um quebra-cabeças que resultará numa história do Brasil elaborada com a contribuição de olhares ora apaixonados – e apaixonantes –, ora ressentidos – e acidamente críticos –, que agregará variadas perspectivas e nuances à composição do passado das terras e das gentes brasileiras.

Referências

1. Decreto 6.226, de 07.10.2007, da Presidência da República. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/decreto-6226.pdf>, acesso em 11.01.2010, às 8h 46min,
2. Idem, Art. 2º, alínea I.
3. Idem, Art. 3º.
4. Idem, Art. 2º, alínea X.
5. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_de_Montesquieu, acessado em 28.01.2010, às 10 h 47 min.
6. PESSOA, Fernando. *Navegar é preciso*. In: <http://www.fpessoa.com.ar/poesias.asp?Poesia=036>, acessado em 08.02.2010, às 15 h 23 min.
7. STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Tradução: Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM, 2008.
8. LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução: Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2007
9. NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Tradutor: Moacir N. Vasconcelos, a partir da edição inglesa; confronto com a edição holandesa de 1682, notas, crítica bibliográfica e bibliografia de José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
10. MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução: Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru SP: EDUSC, 2004. p. 67.
11. SIEDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Tradução: Bertoldo Klinger. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
12. KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Tradução: Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
13. MENEZES, Pedro da Cunha e. *Oswald Brierly: diários de viagens ao Rio de Janeiro, 1842-1867*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2006.
14. BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradutor: David Jardim Júnior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
15. BIARD, Auguste François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
16. TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Tradutor: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Editora Capivara, 2003.
17. Idem, p. 84.
18. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). *Mulheres viajantes no Brasil (1764-1820): antologia de textos / Jemima Kindersley, Elizabeth Henrietta Macquarie, Rose Freycinet*. Tradução e organização: Jean M. C. França. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
19. TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Tradução: Eduardo de Lima Castro; introdução de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
20. JOINVILLE, François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans, Príncipe de. *Diário de um príncipe no Rio de Janeiro*. Tradução: Marisa Murray. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
21. COUDREAU, Henri. *Viagem ao Tapajós*. Tradução: Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

22. TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno. *Einstein: o viajante da relatividade na América do Sul*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2003.
23. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 12.